

# Sarney só vê estabilidade com presidencialismo

## Presidente exalta apoio de militares

São Paulo — O presidente José Sarney estendeu-se em elogios às Forças Armadas em geral, ao Exército e ao general Leônidas Pires Gonçalves, em particular, ao fazer vigoroso discurso na solenidade de inauguração de mais uma fábrica de Imbel (Indústria de Material Bélico), ontem em Piquete, Vale do Paraíba (SP).

Em um recado direto àqueles que reagiram de forma crítica às recentes declarações do ministro do Exército, quando este apontou a existência de uma minoria que considera radical no Congresso, que quer impor sua ideologia na fase de elaboração da nova Constituição, Sarney afirmou que o Exército "é hoje um dos firmes suportes da nossa transição para a democracia". A afirmação foi feita em tom enérgico, antes do encerramento do discurso.

O Presidente chegou a Piquete às 9h00, acompanhado desde o Aeroporto de Guaratinguetá por um rígido esquema de segurança, composto por soldados do Exército, do governador Orestes Quêrcia, de deputados federais e tendo sempre ao lado o ministro do Exército.

Um membro da comitiva do Presidente revelou que, antes de fazer o seu pronunciamento contra os constituintes que considera radicais, o general Leônidas Pires Gonçalves reuniu-se com o presidente José Sarney. Pela informação, o Presidente da República sabia que o general Leônidas Pires Gonçalves faria a dura reparação aos membros do Congresso.

**Saudação**  
O presidente e comitiva foram aplaudidos por populares e, no palanque armado na fábrica da Imbel, Sarney ficou ao lado dos militares, que participavam em massa da solenidade — além do ministro do Exército, lá estavam o ministro-chefe do EMFA, general Paulo Campos Paiva; o ministro-chefe do Gabinete Militar, general Bayma Denys; o comandante militar do Sudeste, general Dêntice Linhares, e os generais-de-exército Diogo Figueiredo, irmão do ex-presidente João Figueiredo; e Haroldo Eric Fonseca, além do ministro da Marinha, almirante Henrique Sabóia, e de outros oficiais da Aeronáutica.

O presidente Sarney, apesar de ter levado discurso escrito, aproveitou aquele momento político para, de improviso, destacar o "trabalho de modernização do Exército brasileiro e do seu aprimoramento profissional". Segundo o Presidente, "temos contato com a cooperação e dedicação exemplares do ministro Leônidas Pires Gonçalves, que, com competência e abnegação, tem colocado o Exército à altura dos grandes desafios do Brasil de hoje. Sua passagem pelo comando do Exército marca uma etapa da história da modernização dessa gloriosa arma". Sarney acrescentou: "O conhecimento do dever e a consciência da responsabilidade histórica são a marca do nosso Exército, que tem sabido renovar-se dentro de uma sólida tradição de patriotismo e dedicação ao Brasil".



Sarney aplaudido por Quêrcia Inaugurada ontem unidade da Imbel

O presidente José Sarney, acompanhado por ministros militares, desembarcou no aeroporto da Aeronáutica, em Guaratinguetá (SP), às 8h20. Lá, foi recebido com honras militares pelo governador Orestes Quêrcia e por prefeitos da região do Vale do Paraíba. Logo após, a comitiva presidencial seguiu de carro para o município de Piquete, onde se localiza a Imbel, para a inauguração da unidade de nitrocelulose da fábrica Presidente Vargas.

Ao ser saudado pelo presidente da Imbel, José Gelásio da Rocha, Sarney fez seu primeiro pronunciamento e assinou projeto de lei que concede aposentadoria após 25 anos de serviço àqueles que trabalham com pólvora e explosivos.

Após a solenidade, o Presidente e demais autoridades se deslocaram até a Prefeitura municipal de Piquete, para um encontro com os prefeitos da região. Sarney falou de improviso, após pronunciamentos de Quêrcia e do prefeito do município, Otacílio Rodrigues.

O Presidente da República concedeu ainda entrevista coletiva no aeroporto da Aeronáutica, ao final da visita à cidade, quando afirmou que não adianta correr atrás de salários, "aumentando-os junto com a inflação: o importante é conter a inflação".



Sarney, ao lado do ministro Leônidas Pires, ressaltou a responsabilidade histórica do Exército

## Planalto define sua estratégia para evitar o parlamentarismo

Carmem Kozak

Até a meia-noite de sábado, o Palácio do Planalto pretende apresentar mais de dez emendas estabelecendo o presidencialismo clássico, com diversas variações sobre as prerrogativas do Congresso Nacional. Essa estratégia ficou definida nas reuniões de ontem entre o presidente José Sarney, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, e o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), quando deixaram claro que não negociam sequer o parlamentarismo misto.

Para colocar a estratégia em prática, o presidente Sarney atribuiu aos dois constituintes baianos a tarefa de conseguir o apoio de outros parlamentares que não tenham identidade com o Palácio do Planalto. Um deles é o deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Ontem à noite, ele teve

uma audiência com o líder do Governo para definir quais serão as prerrogativas do Congresso que constarão de sua emenda.

O primeiro a apresentar uma proposta palaciana será o deputado Prisco Viana. Ele afirmou que sua emenda estabelece o presidencialismo clássico, onde o Presidente da República é o chefe do Governo e o chefe de Estado. O Congresso Nacional tem de volta suas prerrogativas, perdidas durante os governos militares. A única dúvida diz respeito ao voto de censura do Congresso Nacional a ministros de Estado.

**Moção**  
Mesmo sem o objetivo de negociar o parlamentarismo misto, o Palácio do Planalto admite a noção de desconfiança — característica parlamentarista —, desde que não sejam envolvidos os ministros militares e o das Relações Exteriores. Mas, os acordos não definiram ainda a forma de

aplicação do voto de desconfiança. Com a dilatação do prazo para a apresentação de emendas, Carlos Sant'Anna e Prisco Viana terão mais tempo para estudar a hipótese de, mesmo com o veto do Presidente da República um ministro vir a perder o cargo com a desaprovção de 2/3 do Congresso Nacional.

O encaminhamento de muitas emendas presidencialistas está sendo visto pelo Palácio como a única forma de enfrentar o parlamentaristas. Para facilitar a mudança do sistema de Governo no Projeto de Constituição as propostas vão variar do presidencialismo clássico rígido ao mais aberto. Assim, na hora da votação, se o sistema mais forte for derubado, os parlamentaristas terão que lutar, no voto, com outras propostas presidencialistas que apresentarem pequenas diferenças.

## Fortalecer sistema é meta de encontro

**Piquete (SP)** — A maioria dos governadores que vão se reunir amanhã em Florianópolis é favorável ao fortalecimento do presidencialismo como sistema de Governo no Brasil e, nesse sentido, apóia as posições do Presidente da República José Sarney. Há, no entanto, divergências de opinião entre alguns governadores e elas serão debatidas para que, ao final do encontro, haja uma posição conjunta e uma proposta objetiva de atuação política dos governadores junto aos constituintes em defesa do sistema que obteve o consenso dentro os governadores.

As informações são do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, que elaborou a pauta da reunião juntamente com o governador de Santa Catarina, Pedro Ivo. Quêrcia declarou que os governadores têm todo respeito pelas posições dos constituintes favoráveis tanto ao presidencialismo como ao parlamentarismo ou suas formas mistas, mas enfatizou que é direito de qualquer cidadão manifestar suas opiniões e procurar defendê-las para alcançar a sua colocação em prática através da nova Constituição com essa mesma visão.

## PFL tenta conter parlamentaristas

Aumenta a cada dia o cerco na Constituinte para tentar inviabilizar a implantação do parlamentarismo, cuja situação não é tranquila na Comissão de Sistematização. O problema maior estaria ocorrendo no PFL, que contaria hoje com apenas quatro votos "confiáveis" já que sete outros parlamentares do partido teriam revelado apenas "tendência" para votar nessa forma de Governo. Ontem, parlamentares pefelistas comentavam com insistência um levantamento feito pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) segundo o qual há apenas 42 votos pró-parlamentarismo tidos como "certos", dos 47 necessários.

O líder governista na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, vem fazendo pesquisas para saber quantos são os votos parlamentaristas no PFL e PMDB, remetendo a lista em seguida ao Palácio do Planalto, para que o presidente Sarney reverta esses votos. Ao mesmo tempo, o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), telefona com insistência para integrantes de sua bancada. Na noite de terça-feira, ele ligou para o deputado Mendes Thame (SP), que compõe a Comissão de Sistematização, para manifestar sua opinião de que o parlamentarismo é "um golpe" que está sendo tramado pelo PMDB. Depois do telefonema, Lourenço se disse vitorioso na investida.

A situação hoje na Comissão de Sistematização estaria da seguinte forma: 35 votos confiáveis do PMDB e quatro do PFL, além de um do PCB, um do PDS e um do PC do B, pelo que já foi apurado nos pequenos partidos.

## Plebiscito gera inquietação

A suspeita de que o Governo quer atrasar o preparo da nova Constituição ou pretende colocá-la sub judice, para que não vigore imediatamente, passou a dominar boa parte da Constituinte, depois que o presidente José Sarney defendeu a realização de um plebiscito sobre todos os pontos da futura Carta do País.

Na hipótese de aceitação desse plebiscito amplo, o Brasil continuaria, em tese, sob o império da Carta Constitucional da Junta Militar, assinada em 1969, e, assim, o mandato do presidente Sarney teria seis anos de duração, sob sistema presidencialista.

Como forma de reação a tal proposta, o deputado José Genoíno (PT-SP), e vários peemedebistas, favoráveis ao mandato de quatro anos, estão dispostos a exigir, após o plebiscito, se a Constituição que está sendo elaborada for rejeitada pelo povo, que haja eleições gerais para o Congresso, à Constituinte exclusiva e à Presidência da República, em trinta dias, contados da realização da consulta popular.

Genoíno admite, no entanto, que o plebiscito será feito em torno de temas específicos. O deputado Roberto Cardoso Alves, (PMDB-SP), considera injustificável a realização dessa consulta popular, sob o argumento de que os constituintes foram eleitos expressamente para elaborar a nova Constituição.

Vários peemedebistas reconhecem, no tocante ao assunto, que o tempo eventualmente ganho pelo Governo, com a realização do plebiscito, deixaria o Executivo semiparalisado, durante a campanha plebiscitária, para a qual seriam necessários no mínimo seis

meses de preparação, depois de concluída a nova Carta.

### Substitutivo

Em princípio, a tese advogada agora pelo presidente Sarney ainda não consta da emenda substitutiva que o Palácio do Planalto está preparando ao projeto de Constituição do deputado Bernardo Cabral, relator da Constituinte.

A propósito, o intermediário entre o chamado Centro Democrático e o Palácio do Planalto, nos entendimentos sobre o projeto de Constituição, deputado Expedito Machado (PMDB-CE), explica que também ainda não se chegou a uma solução definitiva, quanto ao texto dos capítulos constitucionais relacionados com o sistema de Governo. Pelo que disse, os entendimentos implicam a manutenção do presidencialismo, com o fortalecimento do Congresso. "Com a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao projeto, as negociações — informou Machado — ganharam mais 72 horas".

### Assinaturas

Ficou acertado, no gabinete do líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, (PMDB-BA), que o substitutivo sobre sistema de Governo será subscrito por três constituintes de seu partido e três do PFL. Finalmente a bancada governista, dos moderados, solicitou ao presidente Sarney que aconselhasse o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, a não fazer mais qualquer comentário sobre o projeto Bernardo Cabral, para não ampliar as divergências entre o Executivo e a Assembleia. O substitutivo Saulo constará de um projeto completo de Constituição, mas será dividido por vários parlamentares.

## "Tática desvia atenção"

O líder do PMDB na Assembleia Constituinte, senador Mário Covas (SP), acha que o Presidente da República conseguiu desviar a atenção do debate em torno da duração do seu mandato — quatro ou cinco anos — promovendo a discussão, dentro e fora do Congresso, do sistema de Governo.

O senador paulista, conversando ontem em seu gabinete com alguns de seus vice-líderes, considerou normais as pressões da sociedade e do Governo sobre os trabalhos da Constituinte. "Não fiquei preocupado com as declarações do ministro do Exército. Tem o general Leônidas todo o direito de opinar" — disse ele. O que o líder está reprovando é o fato de o presidente Sarney "impor" à Constituinte a sua vontade: presidencialismo e mandato de cinco anos.

"Se em pleno funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, para a qual fomos

eleitos, o Executivo faz questão de impor sua vontade, é fácil prever o que poderá acontecer mais tarde, com pressões do Governo, sobre o Senado e a Câmara" — afirmou Mário Covas.

O líder do PMDB não participou da reunião-jantar na residência oficial de Ulysses Guimarães, na noite de segunda-feira. Alegou não ter sido convidado justamente pelo assunto discutido na ocasião: o presidencialismo disfarçado.

Meio irritado, Mário Covas disse não concordar com os entendimentos em curso, com o propósito de aprovar o presidencialismo com algumas divisões de atribuições ao chamado Primeiro-Ministro — de fato um superministro. Lembrou o senador paulista que a partir de 64 houve vários primeiro-ministros dos regimes militares, como Roberto Campos, Golbery do Couto e Silva, Delfim Netto.

Só há condições de se manter a estabilidade do Governo, neste momento, com o presidencialismo. Esta é a posição oficial do presidente José Sarney sobre o debate do sistema de Governo. Nas articulações políticas dos últimos dias, o Presidente da República em nenhum momento cogitou negociar fórmulas alternativas de parlamentarismo. A informação é do secretário de imprensa da Presidência da República, Frota Neto.

Sarney, informou Frota, tem dito com frequência que continua "com a diretriz de que somente um sistema de Governo presidencialismo, com núcleo de poder definido e nítido e um Congresso participativo é que estaremos caminhando para a consumação do processo de transição democrática, porque não há condições de se manter a estabilidade, neste momento, senão através do presidencialismo".

O Presidente da República entende que o Governo tem obrigação de se manter em sintonia com a Nação e, de acordo com todas as pesquisas de opinião pública (a última é de agosto) que chegam ao Palácio do Planalto, a população, em sua maioria, é presidencialista. A mais recente pesquisa, realizada em nove capitais brasileiras, concluiu que 48% dos entrevistados se manifestaram pelo presidencialismo, contra 41% que optaram pelo parlamentarismo. O restante apontou outras formas de sistema não citadas na pesquisa.

### Fortalecimento

Todas estas pesquisas são levadas em consideração pelo Presidente da República, Sarney está convicto de que a sociedade

quer identificar o poder com um rosto e não ver este poder "diluído", como ocorreria com a aprovação do parlamentarismo.

Por esta razão, Sarney tem negociado apenas com a fórmula presidencialista. Ontem, ele manteve a rotina dos últimos três dias, com agenda informal. Recebeu o presidente do PFL, senador Marco Maciel, o deputado Expedito Machado (PMDB-CE), o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, o ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, além do general Campos Paiva, chefe do EMFA.

Nestas negociações, Sarney está levando em conta dois fatores: o fortalecimento do Congresso e a apresentação das emendas de interesse do Governo a parlamentares pouco identificados como homens de confiança do Planalto.

Para o fortalecimento e maior participação do Congresso nas decisões de Governo, o Presidente da República quer que os parlamentares possam apresentar voto de desconfiança para o gabinete, com exceção dos ministros militares e o ministro das Relações Exteriores. Além disso, caberia ao Congresso aprovar ou não as grandes obras e o Presidente da República perderia a prerrogativa de enviar projetos de lei.

Quanto à entrega de emendas a parlamentares não identificados com o Governo, a razão é simples: Sarney continua convencido de que a tese parlamentarista, com raras e conhecidas exceções, é uma forma de oposição ao atual Governo.

## Governo influirá, diz Couto

Arquivo 03/07/87

O ministro Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, afirmou ontem que "o Governo pretende influir indiretamente nos trabalhos da Constituinte", usando seu poder de persuasão e "o direito de não ser omissos quando o que está em jogo é o futuro da Nação, o funcionamento da sociedade brasileira. E preciso deixarmos de hipocrisia". Para Costa Couto, "participar apresentando sugestões aos constituintes não é modificar a vida da Assembleia, não é fazer nenhum tipo de imposição", disse ele em entrevista concedida ao programa Bom Dia Brasil, da Rede Globo de Televisão.

Segundo Costa Couto, o presidente José Sarney entende que "Governo é ação coordenada, e equipe, logo os ministros de estado enquanto cidadãos comuns podem externar pensamentos e posições, mas enquanto membros de um Governo, estão obrigados a seguir a linha determinada por ele". O chefe do Gabinete Civil explicou ainda que a "posição do Presidente sobre o sistema de governo é pelo presidencialismo moderno, não imperial, atualizado e que envolve especialmente a forte e profunda valorização do Poder Legislativo, talvez até mediante a adoção de alguns mecanismos parlamentaristas".

### Fortalecimento

Indagado sobre que mecanismos seriam esses, Costa Couto destacou que "o voto de desconfiança poderia ser adotado, permitindo ao Congresso Nacional vetar ministros indicados pelo Presidente. Isto provocaria a indução de um comportamento mais sintonizado do Executivo com o Legislativo dos ministros para com o próprio Congresso". Ele lembrou também que o "Presidente considera cedo para a implantação do parlamentarismo puro no País, já que isso demandaria partidos fortes e consolidados, o que não temos ainda; exigiria a compatibilização do sistema com o regime federativo o que é muito difícil num País subdesenvolvido e com a extensão do



Ministro desmente imposição

Brasil, e forçaria ainda a criação de uma tecno-burocracia profissional que atuasse de forma eficaz e eficiente, independentemente de eventuais crises políticas, o que ainda não existe no Brasil".

Sobre a possibilidade da realização de um plebiscito, Costa Couto não descartou a possibilidade. Lembrou que apesar de estarem marcadas eleições municipais ano que vem, "temos excelentes constituintes que estão, sem exceção, trabalhando com seriedade para a nova Carta". Segundo ele "deve ser lembrado — e esta é a posição do Presidente —, que os constituintes têm delegação do povo através do voto para elaborarem a Constituição, portanto, é prioridade tentar resolver tudo a nível de Assembleia".

Encerrando o assunto Costa Couto refutou a possibilidade do Governo apresentar um anteprojeto alternativo ao de Bernardo Cabral: "O Governo enviará sugestões que podem ou não ser aprovadas pelos parlamentares, mas nunca interferir diretamente nos trabalhos da Assembleia".